

TESE AO XIV CONCONDSEF & V CONFENADSEF

Brasília/DF - de 14 a 17 de dezembro de 2023

**EM DEFESA DO
SINDICALISMO CLASSISTA
E COMBATIVO, NA LUTA
PELO SOCIALISMO!**



**MOVIMENTO
LUTA DE CLASSES**

TESE AO XIV CONCONDSEF & V CONFENADSEF

**EM DEFESA DO SINDICALISMO
CLASSISTA E COMBATIVO, NA LUTA
PELO SOCIALISMO!**

Movimento Luta de Classes - MLC

BRASIL

2023

SUMÁRIO

CONJUNTURA NENHUM PASSO ATRÁS NO COMBATE AO FASCISMO!	2
MOVIMENTO SINDICAL SINDICALISMO CLASSISTA PARA DERROTAR A BURGUESIA	5
SERVIÇO PÚBLICO A LUTA DE CLASSES ESTÁ VIVA NO SERVIÇO PÚBLICO!	6
PROPOSTAS A CONDSEF/SINDSEF NA LUTA PELO SOCIALISMO!	8
QUEM SOMOS? MOVIMENTO LUTA DE CLASSES, NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR E DO SOCIALISMO	10

CONJUNTURA

NENHUM PASSO ATRÁS NO COMBATE AO FASCISMO!

O Congresso da CONDSEF/SINDSEF se inicia em um momento decisivo para a luta da classe trabalhadora brasileira, onde se abre a possibilidade de resgatar alguns dos direitos sociais destruídos após o golpe de 2016, que levou ao poder o direitista Michel Temer e a imposição do chamado teto de gastos. Naquele momento, com vistas à consolidação do golpe da direita, foi articulada a prisão de Lula e a eleição do fascista Jair Bolsonaro.

Claro que os problemas da classe trabalhadora, e do serviço público em especial, não começaram no governo Temer ou Bolsonaro. A ditadura era servil ao grande capital e sua derrota permitiu uma série de avanços na Constituição de 1988, os quais foram gradativamente atacados pela direita. A vitória de Fernando Collor (1990/1992), em 1989, através de uma verdadeira fraude eleitoral, onde os meios de comunicação enganaram a população, deu início a um ciclo de retirada de direitos e privatizações. O impeachment de Collor em 1992 e a posse de Itamar Franco (1992//1994), paralisou a retirada de direitos, mas manteve as privatizações, inclusive de empresas emblemáticas como a Companhia Siderúrgica Nacional.

As ações de desmonte do Estado brasileiro e de retirada de direitos do povo foram aprofundadas nos dois governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002), com inúmeras alterações Constitucionais e com a entrega de empresas estratégicas como a Vale do Rio Doce, Telebrás entre outras, criadas com dinheiro público, à grupos privados amigos, utilizando dinheiro público e as chamadas moedas podres.

Mesmo os governos de Lula (2003/2006 e 2007/2010) e Dilma (2011/2014 e 2015/2016) flertavam com o liberalismo e aceitaram as pressões dos agentes do mercado, quando ele, por exemplo, promoveu a Reforma da Previdência de 2003, e ela, as privatizações no pré-sal, com a venda do Campo de Libra. Ambos cederam grandes fatias do orçamento ao esquema da dívida, sacrificando servidoras e servidores públicos sempre que os lucros dos banqueiros estavam sob ameaça.

Lula conseguiu, através de bons números na economia, se consolidar, não sem submeter seu governo a uma série de denúncias e ataques da direita. Porém, com Dilma, o recuo programático cobrou um duro preço. Ele enfraqueceu sua base de apoio popular, à esquerda, e deu aos seus aliados à direita, a oportunidade da traição, que se consolidou com o golpe empresarial-parlamentar de 2016, que levou ao poder o vice-presidente Michel Temer (2016/2019), que atacou os direitos trabalhistas, prometendo com isso criar empregos... tudo mentira.

O governo Temer, seja em razão de fracassos econômicos, seja pelos escândalos de corrupção, naufrago e deixou a sucessão em aberto. Lula despontava como possível candidato e foi preso para não participar do processo eleitoral, graças a decisão de um juiz de direito que manipulou o processo e depois do pleito viria a abandonar a magistratura para integrar um governo de claras inclinações fascistas.

Mas nada disso se comparou ao desastre dos 4 anos do fascista Bolsonaro, marcados por todo tipo de crime, desde os mais graves (como o genocídio contra a população idosa na pandemia, o etnocídio contra os Yanomamis e outros povos indígenas, mediante o apoio aos grupos criminosos do garimpo clandestino e desmatamento ilegal) até os crimes mais “comuns” (como o desvio e comercialização de joias, pedras preciosas e outros bens do Estado brasileiro, além do tráfico de drogas em avião oficial). Os cortes constantes de verbas na área da saúde e educação, a reforma da previdência, a desorganização de todos os tipos de serviços e ações de fiscalização, os ataques aos sindicatos, enfim, representam todo um conjunto de ações de um “governo” que entregou grandes fatias do patrimônio público à aliados, e com isso, contribuiu para aumentar a miséria e a fome no país.

A derrota do fascista abriu espaço para um período de reorganização da classe trabalhadora e, nesse contexto, o movimento sindical tem como missão fortalecer o sindicalismo classista, estreitar laços com as bases e alcançar novos espaços. Sobretudo frente ao fato da extrema direita ter se afirmado como uma força política nacional, que ainda é capaz de organizar movimentos de rua, graças a suas redes radicalizadas e injeção de recursos financeiros, como ocorreu no dia 12 de dezembro de 2022, quando da titulação de Lula, e na fracassada tentativa de golpe de 8 de janeiro, articulada por empresários, políticos e militares bolsonaristas.

Mas como contrapor o fascismo? Através da mobilização popular, da construção de amplas alianças democráticas e por meio da agitação e propaganda, no seio do movimento sindical. Tais esforços devem ser praticados no sentido de fortalecer a ideologia que é diametralmente oposta ao fascismo, ou seja, o socialismo, aqui afirmado de forma ampla, para abraçar a diversidade de organizações na luta antifascista.

Importante dizer que a posse do democrata Lula não garantiu as mudanças necessárias ao povo, pois os avanços, até agora, foram tímidos e o esperado “revogação” das medidas de Bolsonaro não foi à frente. Inclusive, muitos “quadros” do governo do fascista foram aproveitados na nova gestão, dando seguimento a implementação de medidas ultraliberais, alinhadas com o que Paulo Guedes defendia, a partir de planejamentos de gestão elaborados no ano passado e colocados em prática nos últimos meses como se nada tivesse acontecido.

Ainda que alguns atos positivos tenham sido realizados - o combate à crimes ambientais, a interrupção do genocídio Yanomami, a reposição salarial de 9%, entre outros - ainda faz falta a necessária intensidade na inversão de rumos no país. Todavia, percebe-se que tal radicalidade é incompatível com um governo que busca a conciliação de interesses naturalmente inconciliáveis. Isso tem saído caro aos cofres públicos, em especial com a entrada de setores do Centrão, antigos aliados de Bolsonaro, no governo, trazendo mais elementos reacionários ao poder.

Um reflexo evidente desta política de conciliação de classes é o chamado "Arcabouço Fiscal", verdadeira continuidade do Teto de Gastos de Temer e que visa a selar o compromisso do novo governo com a manutenção do esquema da dívida pública, o qual, historicamente, alimenta o bolso de especuladores e rentistas, desestimulando investimentos produtivos, e que captura quase 50% do orçamento público. Tudo isso para agradar setores da sociedade que ontem aplaudiam entusiasmadamente o fascista Bolsonaro...

Apostar na conciliação de classes, dando passos atrás para ganhar apoio temporário de setores da direita é repetir um erro que levou Bolsonaro ao poder e precisa ser denunciado pelo movimento sindical. O fortalecimento do debate político, com a indispensável radicalidade, é essencial para garantirmos que o fascismo nunca mais nos ameace. Nenhum passo atrás! Nenhum direito a menos!

MOVIMENTO SINDICAL

SINDICALISMO CLASSISTA PARA DERROTAR A BURGUESIA

Toda essa conjuntura torna mais urgente e essencial a prática do sindicalismo classista, que afirme o socialismo como alternativa e que seja capaz de unir lutas econômicas e lutas políticas, visando a elevação de consciência da base. Devemos reivindicar melhores salários, melhores condições de trabalho, resgatar direitos sociais, reverter o desmonte da máquina pública, e promover o ideário socialista, em contraposição às ideologias do capitalismo, como o fascismo e o liberalismo.

Neste sentido, é urgente combater os sindicatos “amarelos”, corporativos, sem visão classista, pois cegam os trabalhadores quanto à importância das lutas gerais, defendendo saídas individuais para problemas que, estruturalmente, são coletivos. Essas entidades muitas vezes reproduzem discursos elitistas e se submetem aos interesses patronais em troca de vantagens pontuais e falsas vitórias, apenas para iludir a base quanto à efetividade de sua tática rebaixada e desmobilizante de “sindicalismo de (poucos e tímidos) resultados”. Se tornam, dessa forma, ferramenta de manutenção do poder do sistema que os oprime.

O papel dos sindicatos é ainda mais importante em cenário no qual a derrota eleitoral dos candidatos do fascismo não desmobilizou sua base, pelo contrário, provocou a radicalização, convergindo para a tentativa de golpe de 8 de janeiro. A institucionalidade respondeu com diversos processos criminais, todavia isso só se presta a identificar e punir os golpistas mais óbvios, mas não combate a raiz do pensamento fascista, especialmente entre os trabalhadores que buscam uma alternativa concreta para suas insatisfações com o sistema capitalista. Apresentar aos trabalhadores a alternativa do socialismo é indispensável para a derrota do fascismo.

Precisamos, portanto, de um sindicalismo, e, por extensão, de uma CONDSEF/FENADSEF, preparada para travar a Luta de Classes, reivindicando o socialismo, como instrumento de libertação de todos os povos dos grilhões

da exploração capitalista. Precisamos manter a independência de classe ante ao governo e patrões, debatendo com a base todos os passos para seguir adiante com nossas bandeiras de luta e reivindicações ante a qualquer governo, trabalhando pela unidade da classe trabalhadora sempre que a ameaça fascista retome o ataque.

SERVIÇO PÚBLICO

A LUTA DE CLASSES ESTÁ VIVA NO SERVIÇO PÚBLICO!

Para os liberais de plantão, defensores dos muito ricos, a saída de qualquer crise é sempre a mesma, é o achatamento de salário, e a retirada de direitos necessita ser a mais ampla o possível. Defendem uma máquina pública suficiente apenas para resguardar seus privilégios de classe. Saúde, educação, previdência social e outros serviços públicos que visam atender a população em geral devem ser desmontados e entregues à iniciativa privada, para que ela aumente ainda mais sua margem de lucros. Para eles, o Estado pode e deve se resumir a instrumentos de controle social e repressão, sob o controle de representantes da burguesia, ou seja, tiro, porrada e bomba contra o trabalhador, leite com pera para os muito ricos.

Para eles, é desnecessário haver concursos públicos e, se houver, estes devem ser o mais restritos e elitizados possível. Cargos de nível intermediário devem ser extintos e substituídos por mão de obra alugada por empresas terceirizadas, pertencentes à burguesia. O serviço público deve ser dividido em castas, com a maioria esmagadora recebendo baixos salários, enquanto aqueles que atuam no atendimento da grande burguesia recebem os altos salários e vantagens. Ou seja, um serviço público excludente e clientelista, que reproduz as enormes desigualdades que existem na sociedade.

A burguesia, como classe dominante, impõe um discurso à toda sociedade. Defendem que o serviço público deve ter suas atribuições gradualmente transferidas para a iniciativa privada, através de privatizações, parcerias, terceirizações, concessões etc, pois o modelo privado seria um “modelo de gestão mais eficiente”. Nada mais falso, pois sua eficiência se baseia no total de lucro transferido aos seus controladores privados e não no atendimento às necessidades da população. Exemplos não faltam! CCR Barcas, Supervia,

Vivo, Águas do Rio (antiga CEDAE), ônibus urbanos entre tantas outras atividades sob controle privado que prestam serviços caros e ruins.

Além disso, pregam também o engessamento no controle da jornada de trabalho, imposição e aumento de metas, cerceamento à liberdade intelectual, discurso meritocrático, profusão de consultorias externas, terceirização, precarização do trabalho através de temporários, ausência de concursos públicos e toda forma de limitações à autonomia decisória dos trabalhadores se prestam à ampliar o controle dos gestores (e seu poder de barganha) sobre os/as servidores/as e empregados/as públicos/as, permitindo “ganhos” de produtividade, ou seja, que trabalhemos mais, recebendo menos.

O capitalismo, diferente de outros modelos econômicos anteriores, tem uma base fortemente ideológica que o apresenta como algo natural, que deve ser assimilado por todos independente do seu papel na estrutura da sociedade, seja patrão (capitalistas que vivem do trabalho alheio) ou empregado (que precisa trabalhar para viver). Desta forma, o explorado se coloca na defesa do empregador e passa, inclusive, a defender a supressão de seus direitos para garantir o trabalho, passando, inclusive, a votar em políticos que prometem acabar com direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros direitos sociais.

A partir deste componente ideológico, gestores públicos de todo o nível hierárquico incorporam o discurso da classe dominante em suas rotinas e práticas, implementando seu modelo ideológico, aplicando a lógica da exploração da força de trabalho típica da burguesia sobre aqueles que estão sob seu comando. Mas há uma diferença que não percebem, eles não detêm a propriedade da máquina estatal, pelo contrário, em regra são tão trabalhadores quanto aqueles que oprimem, sendo igualmente substituíveis, apesar de não se enxergarem como tal.

O atual governo tem dado sinais preocupantes. A autorização de concursos públicos, ainda que positiva, não atendeu a demanda de cargos de nível intermediário (nível médio) e sinaliza a ampliação da terceirização. Há um discurso de agrupamento de carreiras em faixas salariais, sem debate com os servidores e a sociedade. Esther Dweck, Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, afirmou a necessidade de uma reforma administrativa, a ser feita através da legislação infraconstitucional. O governo endurece nas negociações salariais no orçamento de 2024 e chantageia seus trabalhadores

ao afirmar que ou o Arcabouço Fiscal é aprovado ou não haverá reajuste salarial.

Ora, se governantes e gestores afirmam a ideologia da burguesia, o capitalismo, em sua prática cotidiana, temos que fortalecer no movimento sindical a ideologia da classe trabalhadora, o socialismo, repensando o Estado à luz das necessidades do povo e não do capital, pois é um instrumento poderosíssimo para a transformação social, se estiver sob o comando da classe trabalhadora.

Se o governo Lula é um governo, como muitos alegam, de disputa entre os interesses do povo e dos ricos, devemos disputá-lo nas ruas e nas lutas, através de amplas mobilizações, que visem a despertar a consciência de classe das trabalhadoras e trabalhadores e construir uma proposta de reorganização da máquina estatal voltada às necessidade do povo, para que seja democratizada, permitindo o controle social amplo, com conselhos populares definindo os rumos e prioridades do serviço público. Gestores escolhidos pelos servidores e empregados, conselhos de usuários para acompanhar o funcionamento dos serviços, são pequenos passos, mas essenciais para a construção do socialismo.

PROPOSTAS

A CONDSEF/FENADSEF NA LUTA PELO SOCIALISMO!

Em suma, a luta da classe trabalhadora e de sua ferramenta mais ampla de organização, os sindicatos, deve trabalhar para subverter o sistema atual, submetido à lógica dos lucros dos grandes capitalistas, e garantir que o serviço público atenda as necessidades das grandes massas excluídas e respeite e remunere dignamente suas trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse sentido, propomos que a CONDSEF/FENADSEF incorpore o seguinte:

- Defesa do socialismo como ideologia dos trabalhadores;
- Prisão de Bolsonaro e seus cúmplices;
- Controle popular das remessas de lucros, dividendos, pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa;

- Democratização da gestão pública, através de conselhos populares e da eleição de gestores;
- Nacionalização do sistema bancário e controle popular do sistema financeiro;
- Reversão de todas as reformas liberais (previdência, trabalhista etc);
- Auditoria da dívida pública e suspensão dos pagamentos abusivos;
- Fim da política de ancoragem fiscal, como o Teto de Gastos e o Arcabouço Fiscal;
- Regulamentação imediata da Convenção OIT 151;
- Arquivamento definitivo da PEC 32 da reforma administrativa;
- Punição exemplar para os torturadores e assassinos da ditadura, revisão imediata da Lei da Anistia; Todo apoio à luta pela Memória, Verdade e Justiça;
- Luta pela redução da jornada de trabalho para 30h, sem redução de salários;
- Reestatização das estatais privatizadas, em especial da Eletrobrás e das subsidiárias da Petrobrás;
- Fim dos leilões do petróleo;
- Reversão das concessões dos portos, aeroportos e estradas brasileiras entregues a empresas privadas;
- Reforma agrária popular, com nacionalização e fim do monopólio privado da terra;
- Reforma urbana que garanta moradia digna a todas as famílias;
- Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; Garantia de escolas diferenciadas para os indígenas e incentivo e apoio às línguas indígenas; Defesa da cultura e dos direitos dos povos originários;
- Educação pública e gratuita para toda a população e em todos os níveis;
- Revogação imediata da Reforma do Ensino Médio;
- Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza;
- Estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia ;
- Garantia de saúde pública e gratuita para todos; Fim da exploração dos planos de saúde privados; Fortalecimento e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Pelo fim da polícia militar e criação de uma polícia civil unificada; Fim de qualquer repressão aos movimentos sociais.

QUEM SOMOS?

MOVIMENTO LUTA DE CLASSES, NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR E DO SOCIALISMO

O Movimento Luta de Classes (MLC) é uma corrente sindical classista e revolucionária que resgata a luta e a história do movimento sindical no país, atuando junto às trabalhadoras e trabalhadores, servidoras e servidores públicos, autônomas e autônomos, desempregadas e desempregados.

Criado em 2005, a união dos movimentos A Verdade Operária, que organizava comércio, com atuação nos estados de Pernambuco e Paraíba, e do Movimento Luta de Classes, que atuava entre os metalúrgicos e servidores públicos estaduais e federais no estado do Rio de Janeiro, resultou na formação de um movimento de caráter nacional, buscando fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desde então, passados dezesseis anos da sua fundação, o MLC ampliou sua presença e participação no conjunto do movimento sindical no país, e hoje tem atuação em 21 estados, estando presente em diversas lutas e passando a ocupar espaços em sindicatos, federações, confederações e oposições sindicais.

Em 2015, durante seu encontro nacional de lideranças sindicais, o MLC aderiu a campanha de fundação do partido Unidade Popular, UP, que surgiu através do debate entre movimentos populares de todo país, na defesa de uma alternativa de luta e organização do povo trabalhador brasileiro, a partir das lutas e contradições surgidas nas Jornadas de Junho de 2013, coletando 1,2 milhão de assinaturas para sua legalização.

Com centenas de militantes atuando nas mais diversas categorias profissionais, realizamos e participamos de greves, paralisações, e da mobilização classista contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a partir de reivindicações básicas e imediatas como melhoria nos salários e condições de trabalho, previdência e direitos sociais.

Praticando a solidariedade de classe, atuamos em defesa da unidade dos trabalhadores e pelo desenvolvimento da consciência de classe, tanto na luta prática como teórica, contra os patrões e governos capitalistas.

O Movimento Luta de Classes (MLC) se organiza por categorias profissionais, nas bases municipais, estaduais e nacional. A partir de núcleos nos municípios, comissões e coordenações nos estados e nacionalmente, nos organizamos para debater temas centrais das lutas e da formação política da classe trabalhadora, bem como as campanhas salariais, mobilizações, greves e atuação nas federações e confederações.

Organizar em cada categoria, tendo ou não a presença de companheiros e companheiras compondo a diretoria do sindicato, núcleos do MLC nos permite avaliar e contribuir com o desenvolvimento das atividades e lutas a serem travadas pela categoria em cada local e, sempre defendendo a unidade da classe trabalhadora, avançar na defesa dos direitos trabalhistas.

Promovendo encontros, congressos e plenárias regionais e nacionais o Movimento Luta de Classes tem crescido na sua organização para que possamos dar, a cada dia, mais passos na construção de uma corrente sindical classista e revolucionária, no firme combate às formas de exploração e opressão, em defesa do socialismo científico e da revolução proletária.

Movimento Luta de Classes

Nossos contatos:

www.mlcbrasil.com

[Instagram.com/mlc.nacional/](https://www.instagram.com/mlc.nacional/)

[Youtube.com/@movimentolutadeclases9513](https://www.youtube.com/@movimentolutadeclases9513)

Whatsapp: (21) 99546.8346 e (21) 9889.2.1930